

ATA N.º 33/2019

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA
CÂMARA MUNICIPAL DE PENICHE,
REALIZADA NO DIA 01 DE JULHO DE 2019

Ao primeiro dia do mês de julho do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Peniche e Sala de Sessões dos Paços do Município, com a participação dos Excelentíssimos Senhores Henrique Bertino Batista Antunes, Presidente, Mark Paulo Rocha Ministro, Vice-Presidente, Ana Rita Trindade Petinga, Filipe Maia de Matos Ferreira Sales, Cristina Maria Luís Leitão, Jorge Manuel Rosendo Gonçalves e Rogério Manuel Dias Cação, Vereadores, reuniu-se, ordinariamente, a Câmara Municipal de Peniche, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

----- 1.º - Aprovação de atas de reuniões anteriores.-----

----- 2.º - Período de intervenção do público.-----

----- 3.º - Período de antes da ordem do dia.-----

----- 4.º - Ordem do dia: -----

----- Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística:-----

-----1) Alteração ao alvará de loteamento e de obras de urbanização n.º 9/2001, relativo ao lote n.º 3, para o prédio sito na Rua Dr. Manuel Pedrosa, nos Casais do Júlio, apresentado em nome de Luís Manuel da Costa Cabral – Pelouro do Urbanismo;-----

-----2) Pedido de licenciamento para alteração de edifício de habitação e comércio com demolição parcial do existente, para o prédio sito na Rua Nossa Senhora da Guia, n.º 3, em Ferrel, apresentado em nome de Lídia Maria Marques Dias – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----3) Pedido de licenciamento para reconstrução de edifício de habitação, para o prédio sito na Rua Afonso de Albuquerque n.ºs 41-A, 43 e 45, em Peniche, apresentado em nome de Ana Cristina Gomes Silvério – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----4) Pedido de licenciamento para alteração de armazém para comércio e/ou serviços, para o prédio sito na Rua da Ponte Velha, em Peniche, apresentado em nome de Go4surf Portugal Unipessoal, L.ª – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----5) Pedido de licenciamento para alterações no decurso da obra na vigência da licença n.º 171/17, para o prédio sito na Rua dos Galos, n.º 15, no Lugar da Estrada, apresentado em nome de Ana Paula Correia Valla Chagas – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----6) Pedido de informação prévia sobre a viabilidade para ampliação de um piso em moradia unifamiliar, a implantar no prédio sito na Rua de Santo António, n.º 27, em Bôlhos, apresentado em nome de Carlos Alberto Alves Leitão – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; --

-----7) Pedido de licenciamento para legalização de alteração de fachada, para o prédio sito na Rua Casal dos Ninhos, n.º 23, fração “Q”, nos Casais do Baleal, apresentado em nome de Peter Feuereisel – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----8) Pedido de licenciamento para reabilitação de moradia unifamiliar com demolição parcial, alteração e ampliação, para o prédio sito na Rua da Saudade, n.º 6, em Geraldês, apresentado em nome de José Miguel Canavilhas Duarte – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----9) Estudo de alinhamentos para criação de passeios, para a Rua Ruy Belo, na Consolação – Pelouro do Planeamento e Urbanismo;-----

-----10) Pedido de licenciamento de operação de loteamento urbano com obras de urbanização, para o prédio sito em Zona do Ribeirinho, em Coimbra, apresentado em nome de Evaristo da Silva Cavalheiro – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----11) Pedido de licenciamento para realização de operação de loteamento com obras de urbanização, a realizar no prédio sito em “Cruz da Légua”, no Alto Veríssimo,

apresentado em nome de João Lopes Ferreira – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----12) Pedido de licenciamento para construção de bloco habitacional, piscina e muros de vedação, para o prédio sito em Casais do Baleal, apresentado em nome de Alexandre Manuel Barroca da Silva – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----13) Pedido de informação prévia sobre a viabilidade para realização de operação de loteamento para 42 lotes, a implantar no prédio sito na Vigária - Estrada Nacional 114, em Atouguia da Baleia, apresentado em nome de Nuno Alberto Garcia da Silva – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

-----14) Unidade de Execução para as instalações do posto territorial da GNR de Peniche, em Atouguia da Baleia – Pelouro do Planeamento e Urbanismo; -----

----- Protocolos: -----

-----15) Protocolo para a realização de estágio curricular – Curso Técnico de Informação e Animação Turística, a celebrar entre o Município de Peniche e a Escola Profissional Alda Brandão de Vasconcelos (EPAV) - Pelouro dos Recursos Humanos;-----

-----16) Protocolo a celebrar com a Freguesia de Ferrel para exploração da zona de estacionamento de duração limitada (H) prevista no Regulamento Municipal de Parques de Estacionamento condicionado e de zonas de estacionamento de duração limitada no Concelho de Peniche, sita no Baleal – Pelouro das Freguesias;-----

----- Divisão de Obras Municipais: -----

-----17) Sinalização vertical para estacionamento autorizado, no Parque de estacionamento de apoio à Praia do Baleal – Pelouro do Trânsito;-----

-----18) Auto de receção definitiva das infraestruturas urbanísticas do processo de loteamento L07/99, em nome de António Henriques Antunes Lourenço e Outros – Pelouro das Obras Municipais; -----

-----19) Sinalização para reserva de lugar de estacionamento para pessoa com mobilidade condicionada, na Rua Casal dos Ninhos, n.º 32-1.º I, nos Casais do Baleal – Pelouro do Trânsito; -----

-----20) Sinalização horizontal, pintura de linha ziguezague, na Rua Rodrigo Guisado Carvalho, n.º 11, em Reinaldes – Pelouro do Trânsito;-----

----- Intervenção social: -----

-----21) Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento 2018/2019 – Alterações às condições socioeconómicas – Pelouro da Solidariedade Social;-----

-----22) Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento 2018/2019 – Proposta de suspensão de apoio – Pelouro da Solidariedade Social; -----

-----23) Candidaturas ao Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento - 2019/2020 – Pelouro da Solidariedade Social; -----

----- Documentos previsionais:-----

-----24) Alteração ao Orçamento da Despesa, Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2019, modificação 10 – Pelouro das Finanças; -----

----- Apoios diversos:-----

-----25) Atribuição de apoio logístico para as atividades que decorrem durante o mês de julho, submetidas na 1.ª fase de candidaturas ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Pelouro do Associativismo; -----

-----26) Isenção de taxas pelo licenciamento do Passeio de Pasteleiras e outras Bicicletas, requerida pelo Espaço Sénior São Leonardo de Atouguia da Baleia – Pelouro da Administração Geral;-----

-----27) Isenção de taxas pelo licenciamento de ocupação de espaço público para o rastreio auditivo, requerida pela Empathy Voices, L.^{da} – Pelouro da Administração Geral;-----

-----28) Isenção de taxas pela emissão de licença especial de ruído para convívio com animação musical, solicitada pelo Centro de Solidariedade Social Convívio e Cultura de Geraldês – Pelouro da Administração Geral;-----

-----29) Isenção genérica de taxas para licenciamento de ocupação de espaço público e organização de atividades ao ar livre, desportivas e de lazer promovidas por Associações Locais e Organizações Locais – Pelouro da Administração Geral;-----

-----Fixação de preços e taxas:-----

-----30) Fixação de preço para a venda de T-shirts “Mostra Internacional de Rendas de Bilros” – Pelouro da Cultura;-----

-----Abrigos dos pescadores da Berlenga:-----

-----31) Atribuição dos abrigos dos pescadores da ilha da Berlenga para o ano de 2019 – Pelouro da Administração Geral;-----

----- 5.º - Aprovação da minuta da ata. -----

A reunião foi aberta, pelo senhor Presidente, eram nove horas e trinta minutos, encontrando-se na sala os sete elementos que compõem a Câmara Municipal de Peniche. -----

A reunião foi interrompida entre as treze horas e cinco minutos e as catorze horas e trinta e cinco minutos.-----

Estiveram presentes os senhores: Inês Lourenço, Secretária de Apoio à Vereação, Josselène Nunes Teodoro, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, e Marina Viola, Assistente Técnica da Divisão de Administração e Finanças, durante toda a reunião, Ana Carriço, Chefe da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, em regime de substituição, durante a apreciação e votação dos pontos um a catorze da ordem do dia, Rodrigo Lopes, Técnico Superior de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos um a cinco da ordem do dia, Etelvina Alves, Técnica Superior de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos seis a oito da ordem do dia, Gisela Fernandes, Técnica Superior de Arquitetura da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação do ponto nove, Alexandra Tormenta, Técnica Superior de Urbanismo da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação dos pontos dez a treze da ordem do dia, e Florinda Monteiro, Engenheira Técnica Civil da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística, durante a apreciação e votação do ponto catorze da ordem do dia.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

O senhor Presidente deu a palavra aos cidadãos presentes que manifestaram intenção de intervir, apresentando-se de seguida, de forma sumária, nos termos do n.º 6 do artigo 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, os esclarecimentos que foram solicitados e as respostas dadas:

Senhor Eugénio Nunes:

- Disse que umas das razões que os levou ali tinha que ver com a obra que se iria fazer na Rua Principal, sendo um dos pontos mais preocupantes a entrada do Alto Veríssimo, um terreno do senhor Abílio Lúcio, que, na sua opinião, iria ser a mais difícil de resolver, porque todos os outros proprietários, dos terrenos onde se iria intervir, estavam recetivos a ceder os espaços que forem necessários. Relativamente a uma urbanização existente, junto ao minimercado, que ficou inacabada, solicitou um ponto de situação. Referiu que naquele local nunca existiram passeios e, uma vez que os muros foram demolidos e o espaço estava limpo, numa primeira fase, deveriam ser construídos passeios, criando, inclusivamente, alguma segurança para quem ali circulava, e numa segunda fase, que se pensasse num jardim, dando conta que o projeto estava a ser elaborado, conforme era do conhecimento da senhora Arquiteta que estava a tratar daquele assunto. Informou que quando a Junta de Freguesia foi fazer a limpeza do espaço e dos muros, foi-lhes permitido,

por parte do senhor Presidente da Junta, que no pedaço de terreno, junto aos depósitos, se construísse um parque de estacionamento para desanuviar e dar mais possibilidade de as pessoas poderem ter os carros estacionados do outro lado, para não interferir nas entradas, mas não foi feito. Agradeceu o facto de ter sido celebrada a escritura e por todo o apoio que tiveram da Câmara Municipal naquele processo. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Referiu que os diversos processos para a contratação de serviços externos, como era o caso do projeto de execução da Rua Principal, na Bufarda, estavam numa lista de espera do setor de concursos que têm um conjunto de prioridades, e não havia mais ninguém na Câmara Municipal para o fazer, onde estavam incluídos, para além da Rua Principal, na Bufarda, o projeto da Rua Francisco Coutinho, em Atouguia da Baleia, o projeto da Rua Nossa Senhora da Guia, em Ferrel, e dois ou três procedimentos para o Edifício do Valla. Disse, ainda, que pretendia que tudo estivesse tratado, mesmo que não conseguissem executar, porque depois do projeto de execução, estariam em condições de decidir quais seriam os primeiros a avançar, dependendo da disponibilidade financeira, que até estava em orçamento. Disse que, para a Câmara Municipal, as prioridades teriam que ser as candidaturas aos fundos comunitários, referindo que estavam com vários procedimentos ao mesmo tempo, um deles, muito exigente, o Centro Escolar de Atouguia da Baleia, e outros, a empreitada de ligação pedonal do Casal da Vala ao Parque Urbano, a reabilitação do edifício da antiga Central Elétrica, a segunda fase da requalificação da envolvente do Fosso das Muralhas, o acompanhamento que alguns técnicos tinham que fazer na execução dos processos em volta dos bairros sociais, o processo de requalificação do Forte da Consolação, o projeto de execução do sítio arqueológico do Murraçal da Ajuda, o de São Pedro de *Alcantara*, e um projeto que estava a avançar e que era muito urgente, até porque se poderiam ir buscar fundos comunitários para pelo menos uma parte, a Marginal Norte e outros, mas tudo tinha que ver com prioridades e não se poderiam descuidar com os prazos, porque perdiam dinheiro. Em relação ao contacto com o senhor Abílio Lúcio, já referiu várias vezes que já combinou com o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, irão ter uma reunião, a seu tempo, com o senhor Abílio Lúcio e, caso não se chegue a acordo, como em outros casos, teriam que, atempadamente, tomar uma decisão. Relativamente à urbanização, deu conta que o assunto estava agendado no mapa de trabalhos, para logo que fosse possível, mas, provavelmente, iria ser através de um acordo com a Junta de Freguesia de Atouguia da Baleia, mas teria que verificar com o senhor Presidente da Junta no local. Em relação aos espaços na Rua Principal, junto ao café, disse que não havia projeto, era uma proposta de projeto, que passaria sempre pela aprovação da Câmara Municipal e pela aprovação da Junta de Freguesia. Sobre os espaços junto do depósito e a conversa que foi feita com o senhor Presidente de Junta, disse que não conhecia, porque do que se recordava, era uma questão que, na altura própria, se deveria avaliar, se seria exequível ou não e se havia interesse.-----

Senhor Eugénio Nunes:

- Sobre o assunto do senhor Abílio Lúcio, disse que sabiam que tipo de pessoa era, e com aquele senhor só mesmo em Tribunal, portanto, se tiver que se avançar por aquela via, que era o mais provável, quanto mais tarde se iniciasse a expropriação pior. Quanto ao resto, disse que iriam aguardar. Referiu que o projeto do lado do jardim não necessitaria ser muito elaborado, apenas digno para o local. Adiantou que não queriam lá pavês, para proteger o solo, era preferível deixar mais alguns anos e pensarem numa calçada à portuguesa, porque a Bufarda merecia um pouco mais de atenção, em termos de pavimentação, porque já viam calçada portuguesa aplicada em algumas aldeias. Em relação ao passeio, disse que já havia um projeto elaborado, e fizeram chegar um à Junta, para que tivessem ideia do que realmente iria ser feito, e em termos de alinhamento,

já estava mais ou menos definido, para depois fazer a apreciação. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação ao pavê, disse que nunca foi dito que seria pavê, porque, felizmente, a Junta de Freguesia tem feito muitas obras, e para as executar rapidamente tem optado pelo pavê, porque, senão, vão continuar à espera, por muito tempo, que sejam executadas, se for em calçada portuguesa, a Junta não executaria, porque era muito mais cara, teria que ser através de uma empreitada ou ajuste direto. Em relação à Rua Principal, na Bufarda, a intenção de executar a obra era em calçada, e se fosse deveria ser respeitada toda ela, mesmo que não fosse toda executada.--

Senhor Eugénio Nunes:

- Disse que quando falou na calçada portuguesa, referia-se ao espaço do jardim, não se referiu aos passeios da Rua Principal. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que já solicitou aos serviços para contratar a avaliação do terreno, para ver qual era a situação, para poder apresentar uma proposta à Câmara Municipal. -----

Senhor João Lopes Ferreira:

- Disse que estavam na reunião de Câmara, na sequência de um processo de licenciamento, que era do conhecimento de todos, que tinha a ver com o alvará do loteamento da Silrreira, que foi uma empresa que entrou em processo de insolvência e que através de uma situação de receção de valores em dívida acabou por ficar com o património. Entretanto, tendo a intenção de levantar a licença de construção, solicitou à Câmara a possibilidade daquele levantamento, mas a Câmara deliberou no sentido de mandar para o gabinete que está a desenvolver o PDM, e com base naquilo, dar um parecer desfavorável, em relação àquela possibilidade. Disse que esteve numa reunião de Câmara expor a sua situação, mas o senhor Presidente da Câmara indicou que acompanhasse as reuniões de apresentação do Plano Diretor Municipal, e assim o fizeram, acompanharam duas das reuniões, uma delas, mais especificamente sobre a situação, e com base naquilo, levou-o a estar ali presente, tentando sensibilizar a Câmara Municipal de Peniche para aquela situação. Detetaram na apresentação do Plano Diretor Municipal, que os técnicos que apresentam o Plano, propuseram naquela zona, alguma expansão urbana associada a parte daquele aglomerado e faziam, também, uma proposta do novo arruamento, porque consideravam que o arruamento que confinava à Estrada Nacional, confinava com aquela propriedade, que estava sobcarregado de construção na sua envolvente, e por essa razão propuseram um novo arruamento para uma circulação viária com outras condições, que se iniciava na zona do cruzamento da Abelheira, para o lado do Bombarral, e que fazia todo o percurso por trás, a poente daquela estrada e que vinha a sair um pouco mais abaixo da propriedade, que o levou a crer que, efetivamente, consideraram que toda aquela mancha tinha edificação, daí terem proposto um novo arruamento que, na sua opinião, era o principal argumento que os levou a considerar que, efetivamente, aquela zona tinha características urbanas e era um espaço já com uma série de construções edificadas. Disse que era uma propriedade relativamente grande e na proposta de loteamento o requerente poderia vincular-se com a Câmara Municipal, no sentido de iniciar os trabalhos e desenvolver aquela proposta o mais depressa possível, ou a própria proposta de loteamento, que foi aprovada, propunha que nas águas pluviais, houvesse uma execução de um reforço da rede de águas pluviais que, também, fazia a recolha das águas pluviais, junto à Estrada Municipal e que iria, de alguma forma, fazer com que as outras construções existentes pudessem usufruir daquele ramal de águas fluviais, acontecendo a mesma coisa, em relação ao esgoto, fazia uma nova rede de saneamento junto à Estrada Principal que iria dar, também, a possibilidade de resolver alguns problemas de saneamento nas construções

confinantes. Deu conta que existia uma estrada secundária, um caminho agrícola, nas traseiras, que fazia a ligação urbanística entre a Estrada Principal e o caminho agrícola, dando a possibilidade de haver ali, um circuito rodoviário entre construções já existentes. Disse que era uma proposta que teve um processo administrativo bastante moroso, porque teve um parecer favorável das Estradas de Portugal e um parecer favorável da EDP, com o reforço de infraestruturas elétricas, portanto, havia todo um caminho que foi feito para que naquele processo fosse possível a Câmara fazer as contas da caução e autorizar, numa determinada data, o levantamento da licença para o loteamento, que se vai perder com aquela decisão da Câmara Municipal, havendo a possibilidade de, na fase que no PDM, ainda não estava em vigor, poderem voltar a pôr o procedimento administrativo do alvará do loteamento e de a Câmara ter que o analisar e passarem por todo aquele procedimento de licenciamento, um novo alvará de loteamento nas circunstâncias que já tinham o anterior. Disse que tinha o objetivo de sensibilizar a Câmara, referindo que a advogada fez uma carta à Câmara Municipal, no sentido administrativo, não no sentido técnico, que veio hoje expor, e pensou que havia uma série de argumentos administrativos que, na sua opinião, a Câmara deveria ter em conta. Referiu que eram quase quatrocentos mil euros de infraestruturas urbanas que estavam em causa e que, efetivamente, iria reforçar e melhorar aquela zona. Referiu que, na sua opinião, a proposta urbanística se adaptava perfeitamente e por isso, os técnicos da Câmara deram parecer favorável, o que era muito positivo para o Município, a nível de reforço de infraestruturas, do enquadramento urbanístico e do momento económico, que neste momento atravessavam, por haver procura para aquele tipo de produto urbanístico e, de alguma forma, daria uma valorização a um terreno que quando o proprietário o adquiriu estava a contar ter.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que o assunto seria avaliado pela Câmara Municipal, provavelmente ainda hoje. -----

Senhor Hernâni Santos:

- Disse que estava um pouco indignado, porque comprou um terreno urbanizado com um projeto para fazer a urbanização, e a Câmara Municipal de Peniche estava a dar-lhe um prejuízo ao passar um terreno com um projeto aprovado para um terreno agrícola. Disse que, uma vez que o PDM esteve aprovado, não via razão para que se fizesse um entrave. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que não poderia falar em nome da Chefe, numa situação daquelas, e já informou o senhor Hernâni Santos que, se aquele processo estiver em condições para aprovar, todos os pareceres técnicos necessários, que desse tranquilidade para aprovar, a Câmara Municipal iria aprovar. Disse que o problema não era, sequer, a aprovação do PDM, que não estava, ainda, aprovado, era um conjunto de circunstâncias que, infelizmente, levaram muito tempo e que agora esbarraram em algumas dificuldades e seria isso que teriam que avaliar, se existem condições ou não. Disse que em todos os processos, a normalidade era ter pareceres técnicos favoráveis, se não houvessem constrangimentos, podendo haver questão dos senhores Vereadores ou por si, mas a funcionalidade daquele órgão seria respeitar muito os pareceres. Disse que em questões que são, à partida, problemáticas, pediam pareceres internos, os pareceres externos, que por vezes são solicitados, são da iniciativa da Câmara e muitas vezes, também, da iniciativa dos próprios técnicos municipais e era nisso que o processo estava envolvido. Disse que quando o analisarem e, na sua opinião, os senhores Vereadores iriam estar muito atentos, em relação àquele processo, iriam ver se conseguiam ou não ultrapassar, se criariam uma solução futura. -----

Senhor João Lopes Ferreira:

- Acrescentou que a Câmara Municipal poderia ter declarado a caducidade do processo e não o fez até à presente data, daí manter, ainda, a esperança de poder garantir a sua aprovação, e caso haja necessidade de entregar novos documentos o gabinete estaria sempre presente e teria capacidade de fazer a entrega de toda a documentação que seja necessária renovar. Referiu que teve conhecimento que os técnicos da Câmara voltaram a solicitar um parecer, mas a manutenção do parecer anterior e a informação que tinha dos serviços da EDP era que, efetivamente, estavam a tentar dar, tanto para este, como para outros processos, um parecer favorável na continuação da situação anterior, porque para eles, também, era um processo pendente, dentro da EDP e, portanto, estavam disponíveis para qualquer necessidade que existisse no processo. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que a questão estava esclarecida, que iriam estar atentos e teriam oportunidade de conversar com os técnicos da Câmara, com aquele propósito, e se surgisse alguma oportunidade estariam prontos para avaliar e decidir em conformidade. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DA CÂMARA MUNICIPAL:

Usaram da palavra os seguintes membros da Câmara: -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Agradeceu e enalteceu o trabalho efetuado na Corrida das Fogueiras e das Fogueirinhas. Referiu que, felizmente para Peniche, na sua opinião, todos os anos se melhorava um pouco e se viam mais pessoas na cidade. Agradeceu a quem dirigiu, a quem executou, às muitas dezenas de pessoas que estiveram envolvidas, nomeadamente muitos trabalhadores municipais, mas, também, todas as instituições, tais como, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, a Associação Motociclismo de Peniche, o Clube de Ciclismo, os Escuteiros, a Capitania de Peniche e muitas outras. -----

- Registou o concerto de fim de ano, da Academia de Música do Stella Maris, um apontamento musical muito interessante, que denotava, na sua opinião, um crescimento que achou que todos já se habituaram, tendo o mesmo decorrido num espaço público. Deu os parabéns ao professor, a todos os outros professores, a todos os alunos e a todos aqueles que acreditavam e tinham uma apetência natural para aquela área. -----

- Deu os parabéns à Universidade Sénior, aos alunos e alunas, aos professores e aos seus dirigentes, referindo que haviam ali pessoas que davam muito de si para que aquilo funcionasse. Admitiu que no futuro, quem estivesse na Câmara, se entendesse contruir uma nova escola para as crianças, substituindo, nomeadamente, a Escola n.º 1, seria, talvez, uma possibilidade de criar melhores condições para a instalação da Universidade Sénior naquela Escola que, na sua opinião, seria interessante e seria um reconhecimento para a Escola e para a Universidade Sénior. -----

- Deu conta que falou, mais do que uma vez, com o Espaço Sénior de Atouguia da Baleia, relativamente à pretensão de fazer naquele local o Centro de Dia e de propor a utilização do espaço que estava protocolado, ou seja, a venda simbólica ao Centro Social de Atouguia da Baleia. Disse que falou com o senhor Engenheiro Carlos João, em relação àquela situação, que lhe disse que já falou com o patriarcado e que era pacífico, mas era preciso encontrar a melhor forma de reverter a situação. Informou que os serviços iriam avaliar aquela situação para que se encontre uma solução que, na sua opinião, a melhor solução seria fazer, também, uma escritura simbólica. -----

Senhor Vice-Presidente, Mark Ministro:

- Associou-se aos votos do senhor Presidente.-----
- Felicitou a forma como correu a festa de encerramento do ano letivo, nas Piscinas Municipais, que contou com 161 participantes. -----
- Destacou a forma como decorreu a 40.^a Edição da Corrida das Fogueiras, agradecendo aos funcionários do Município, a forma como se empenharam e fizeram as coisas acontecer, às diversas entidades, a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Peniche, à PSP, à Freguesia de Peniche, aos Escuteiros, quer os de Peniche, quer os de Atouguia da Baleia, à Igreja Cristã Nova Aliança, à Associação de Motociclismo de Peniche e ao Berlangas Bike Team. Destacou, também, o apoio e a ajuda de vários voluntários que estiveram no terreno. Agradeceu aos atletas que participaram e ao público, que foi incansável no apoio aos atletas. Fez um destaque à madrinha da Corrida das Fogueiras deste ano, Jéssica Augusto, o professor Nuno Belo, pelo facto de mais uma vez ter estado presente, o atleta Carlos Adão, vencedor da primeira corrida, que deu o tiro de partida e um agradecimento especial ao Paulo Mamede, que fez as 40 edições na organização da corrida, que, na sua opinião, era um marco importante.-----
- Fez referência ao Concurso de Pesca, que decorreu ontem, organizado pela casa do Benfica. ----
- Deu destaque a um jogo, que decorreu em Atouguia da Baleia, entre o Grupo Desportivo Atouguiense e o Aston Clinton Buckinghamshire, de Inglaterra, organizado pelo West International Community Volunteers, que era, no fundo, um grupo de residentes no nosso território que tentam promover o intercâmbio entre jovens de diferentes países. -----
- Deu nota que iria iniciar, hoje, o “*Hotel fora da caixa*”, na Escola Velha. -----

Senhora Vereadora Ana Rita Petinga:

- Associou-se aos votos realizados pelo senhor Vice-Presidente e pelo senhor Presidente. -----
- Deu conta que esteve, na passada sexta-feira, no 2.º Conselho Geral da Rede Cultura 2027, em Leiria, e para além de ter sido apresentado tudo aquilo que tem sido feito nos diversos municípios, foi, também, apresentada a possibilidade de criação, por alguns municípios, de financiamento de um modelo de gestão futuros, que serão propostos, em outubro, no 3.º Conselho Geral da Rede Cultura. Disse que aquele modelo de gestão e financiamento iria ser realizado por cinco municípios, que, posteriormente irão propor aos restantes municípios, sendo que dois serão da Oestecim, um da Medio Tejo e dois da CIM de Leiria. Informou que foi, também, apresentada uma possibilidade de Planos de Atividade para 2020, que fará chegar logo que lhe seja disponibilizada, e foi solicitada uma Comissão de Honra da candidatura. Solicitou que lhe indicassem um nome relacionado com o concelho de Peniche, nomeadamente ligado às diversas artes, que gostassem que fizesse parte daquela comissão de honra da Rede Cultura 2027.-----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Associou-se aos votos anteriormente endereçados, quer pelo senhor Presidente, quer pelo senhor Vice-Presidente. -----
- Sobre a sessão da Assembleia Municipal, disse que ficou com dúvidas em duas respostas dadas pelo senhor Presidente da Câmara, a primeira sobre uma questão de emergência na Berlenga, não percebeu a que se referia aquela emergência, pelo que gostaria de conhecer o que aconteceu. ----
- Solicitou um ponto de situação das obras que estavam a decorrer na ilha. -----
- Solicitou um ponto de situação de cada uma das concessões da ilha e as respostas que estavam a aguardar.-----
- Relativamente aos regulamentos, solicitou uma informação sobre quais seriam e qual o prazo para a sua apresentação na Câmara Municipal.-----
- Relembrou que continuava a aguardar a informação sobre uma obra ilegal que ocorreu na Rua Marechal Gomes Freire de Andrade, da qual recebeu um email que denunciava a existência da respetiva obra. -----

- Disse que estava em falta informação adicional, relativamente ao Centro Escolar de Atouguia da Baleia, relativamente à situação que ali foi demonstrada, na reunião que tiveram com os técnicos, em que a senhora Dr.^a Ana Nunes apontou uma série de questões.-----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação à emergência na ilha, disse que eram todas, porque o ano passado, quando lá foi pela primeira vez, aquilo estava num estado de abandono, e tinham consciência que em 2021 iria ser avaliado o Estatuto de Reserva Natural da Unesco, e há um conjunto de condições que foram contratadas, na altura, e que era necessário dar resposta, com a agravante, na sua opinião, do projeto Life Berlenga, que fez um conjunto de intervenções e que os obrigou a ter mais atenção, particularmente nas questões de segurança. Referiu que uma das emergências era a praia, porque não era considerada como tal, mas que era um fator de responsabilidade acrescida para o Município, tendo em conta a insegurança que existe para quem frequenta a praia, particularmente junto à falésia. Deu conta que colocou a questão à senhora Secretária de Estado de Ordenamento, como sendo uma questão prioritária, inclusive, no sentido de a convencer a incluir num próximo aviso de candidatura. Deu conta que, em relação aos sistemas de água doce e água salgada, foi feita uma exigência pela ASAE, em 2010, para que a Câmara Municipal aplicasse um sistema de controlo da qualidade da água, quer no Restaurante quer na cisterna do Castelinho, mas talvez por razões financeiras apenas foi feito no Restaurante. Referiu que, independentemente, das pessoas consumirem ou não a água diretamente da cisterna, sem tratamento, sem fervura e sem qualquer outra intervenção, não poderia hesitar e essa era uma preocupação e, na sua opinião, os sistemas de fornecimento das duas águas tinham que ser infalíveis e tinham que ter a confiança absoluta, não por causa da ASAE, mas porque a consciência os obrigava a isso. Sobre a questão do saneamento, disse que ficou definido um conjunto de intervenções no sistema de saneamento, referindo que solicitou aos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento para o aprofundar, ver o que seria preciso fazer, e procurar, também, perceber se conseguiriam ou não incluí-lo em alguma candidatura de fundos comunitários ou nacionais. Fez, também, referência à questão do reforço de eletricidade, minorando os riscos inerentes ao fornecimento e à produção de energia da ilha, sabendo-se que todos os anos, pelo menos uma vez, havia o transporte de uma traineira com alguns litros de gásóleo, que fica no cais e que eram bombados, quando necessário, para os geradores. Disse que era necessário, para além de dar outra imagem da ilha, minorar os tais riscos, não só para a EDP, mas, também, para o Município e para a ilha, procurando que a EDP colocasse na ilha um grupo de painéis solares que acabavam por fazer com que se reforçasse a capacidade de fornecimento de energia. Disse, ainda que a emergência seria no sentido de entenderem a ilha como um fator de desenvolvimento, mas, também, entender a ilha como a nossa imagem, que deve ser significativamente melhorada, nomeadamente os serviços que prestam, a questão da segurança, o apoio em caso de acidentes, o apoio à informação, talvez pensar em colocar alguém dos serviços com mais informação, para que quando as pessoas cheguem à ilha tenham acesso à mesma e, para além disso, existe a preocupação, relativamente, ao tratamento dos taludes, que poderiam entender que eram plantas naturais da ilha e não lhe pareceu que fosse. Deu conta que, na semana passada, esteve, em Peniche, uma delegação da Direção Geral do Património Cultural a fazer a avaliação à Fortaleza, ao edificado e à zona dos arcos, com o senhor Dr. Rui Venâncio, por se tratar de uma visita técnica, mas, posteriormente, iria discutir o assunto politicamente com a senhora Diretora Geral do Património, no sentido de abordar a possibilidade de a Direção Geral poder apoiar numa candidatura para uma intervenção no cais, junto à Fortaleza. Reforçou que a emergência era pensar na Berlenga como um todo. -----

- Em relação aos regulamentos, deu conta que solicitou, novamente, aos serviços que lhe fizessem o ponto da situação dos regulamentos, e assim que o tiver fará chegar aos senhores Vereadores a informação. Disse que esperava apresentar os regulamentos durante o mês de julho. -----

- Sobre o processo da obra ilegal na Rua Marechal Gomes Freire de Andrade, solicitou que a informação lhe fosse prestada o mais rápido possível, porque não a tinha, para saber o que se passou e como aquele processo se desenvolveu, para poder informar os senhores Vereadores. ----
- Em relação ao Centro Escolar de Atougua da Baleia, referiu que desconhecia o que a senhora Vereadora estava a dizer, mas estava previsto que, em princípio, as duas principais empreitadas que estavam a decorrer no edifício e no loteamento, ficariam prontas no final do mês de julho. Em relação à empreitada do depósito, disse que se as coisas corresse bem, no final de agosto, também estaria concluído. Disse, ainda, que, por precaução, em setembro, iriam tratar das coisas para as crianças irem para outras escolas, mas se houvesse oportunidade para começar ali, seria ótimo e, provavelmente, o que estava mais atrasado tinha que ver com aquele processo. Sobre os concursos para aquisição dos materiais, disse que esperava que tudo corresse bem. -----

Senhora Vereadora Cristina Leitão:

- Disse que, relativamente à Berlenga, o senhor Presidente, o que referiu na Assembleia Municipal foi que, na semana passada, os serviços de obras tiveram que correr a uma emergência, e o que perguntou foi, simplesmente, que emergência teria sido aquele, para além de outras, que impediu os serviços de obras de fazer algumas reparações, em Peniche, porque estavam, efetivamente, na Berlenga. Referiu que não pediu uma avaliação sobre tudo o que estava por fazer na Ilha da Berlenga, mas ainda bem que o fez, porque a questão da avaliação do Estatuto da Reserva da Biosfera era uma questão que não tinha presente, que em 2021 a mesma iria ocorrer, portanto, até lá existe uma série de coisas que deveriam ter sido resolvidas e não foram. Disse, ainda, que deveria existir uma listagem detalhada, que tivesse por base aquilo que seriam as necessidades de resposta, no âmbito daquela avaliação do Estatuto da Reserva da Biosfera, no fundo, nomear aquilo que teria que ser feito, por um lado, e por outro lado incluir, também, na informação aquilo que foi a avaliação dos serviços, relativamente às obras necessárias na Ilha da Berlenga, e a partir dali definir as prioridades e a Câmara Municipal ir dando resposta. -----
- Deu conta que não obteve resposta, relativamente às concessões da Berlenga, nomeadamente a do Castelinho. Disse que aquela empresa foi notificada, relativamente a umas perguntas que tinha colocado, a 23 de maio, e, posteriormente, o senhor Presidente entendeu nomear uma comissão para fazer uma avaliação daquela situação, mas a Câmara Municipal, ainda, não sabia quais foram as conclusões, quais foram as medidas e os passos, e como deve saber, a Câmara Municipal não iria estar à espera que aquela situação se arrastasse até ao fim da época, porque gostariam que o assunto tivesse sido resolvido no imediato. -----
- Relativamente aos regulamentos, foi dito que a informação seria prestada, mas o que perguntou foi, apenas, quais os regulamentos que seriam presentes à Câmara Municipal. -----
- Relativamente ao Centro Escolar de Atougua da Baleia, disse que as suas questões não tiveram que ver com a obra, porque percebeu em que situação estavam, tinham que ver com os procedimentos, que o senhor Presidente entendeu dar conhecimento à Câmara, que antecederam a as obras e os concursos, mas ainda existem partes que estavam por esclarecer. Relembrou que os pedidos de esclarecimentos estavam registados na gravação, e a senhora Dr.^a Ana Nunes tomou nota. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que a listagem sobre a Berlenga existe, mas os serviços reagem em função das dificuldades e, obviamente, que existem emergências, porque o que seria normal, pelo menos nos últimos anos, era que fosse uma equipa à Berlenga e que estivesse lá uma semana ou duas, no máximo, a tapar buracos, a colocar a ponte e mais algum equipamento e, como as coisas estavam mais ou menos programadas, não esperava que houvessem mais emergências, ter que retirar uma das melhores equipas da Divisão de Obras Municipais da Estrada dos Remédios para ir para a Berlenga e não

ter oportunidade de colocar outra no local. Disse, ainda, que as emergências eram umas atrás das outras, e uma das coisas que atrasou foi o muro que caiu, frente aos quartos que se alugavam, que teve que obter a análise da Direção Geral do Património Cultural, contratar arqueólogos, fazer relatórios, que eram dificuldades acrescidas. -----

- Em relação às concessões, disse que gostaria de ter o relatório e já o solicitou. Disse que fez aquilo que entendeu, porque toda a gente achava que uma parte não tinha razão e estava a abusar, em relação às condições, podendo até admitir, mas teria que ser colocado com segurança de quem fez a avaliação, o que estava a mais, o que poderiam depreender daquilo e, depois, ver a questão jurídica e tomarem as medidas em função da avaliação jurídica. Referiu que não havia nenhuma tentativa de arrastar, mas tentava procurar falar com todos os concessionários da mesma forma e tentar ajudar e arranjar soluções para o conseguir, mas, obviamente, existia uma natural concorrência que face às circunstâncias as coisas acabavam por se complicar um pouco. Disse, ainda, que estava a aguardar pelas conclusões, para perceber o que se tem que fazer e informar, naturalmente, a Câmara Municipal. -----

- Relativamente aos regulamentos, disse que eram vários, mas não sabia os que estavam prontos para apresentar à Câmara Municipal. -----

- Em relação aos procedimentos das candidaturas, disse que também estava a aguardar. Referiu que o que foi solicitado e recorda-se de ter dito para se ouvir bem o que a senhora Vereadora estava a solicitar para corresponder naquele sentido. Disse que a necessidade de partilhar a informação sobre os procedimentos da candidatura do Centro Escolar de Atougia da Baleia, foi quando a situação se agravou, e os técnicos começaram a chamar a atenção que as consequências poderiam ser graves e que alguém teria que assumir aquela situação, foi nesse sentido, até porque não sabia se, dentro das suas competências, poderia ou não tomar alguma iniciativa, ou se a iniciativa teria que partir da Câmara Municipal.-----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- No que dizia respeito às concessões da Berlenga, particularmente à questão da concessão do Castelinho da Ilha da Berlenga, referiu que no dia 23 de maio de 2019, os serviços expediram uma carta assinada pelo senhor Presidente, dirigida à Belo Pelerito, Unipessoal, e, na altura, aquela carta dava resposta às questões colocadas pelo concessionário, no que dizia respeito à questão do fornecimento de energia elétrica, à questão do fornecimento de água doce e depois, no último parágrafo dizia: *“Informo ainda que o imóvel se destina exclusivamente à instalação de um minimercado para apoio a residentes e visitantes da Ilha da Berlenga, com a exclusão expressa de qualquer outra atividade.”*, ou seja, aquele último parágrafo, apenas, fazia menção àquilo que constava do Caderno de Encargos, que veda qualquer utilização daquele espaço, para além daquele que era o minimercado. Perguntou se, do ponto de vista formal, hoje, dia 1 de julho de 2019, foi feita alguma diligência junto do concessionário, designadamente se o mesmo foi notificado para repor a legalidade em algumas questões que lhe parecia, à vista desarmada, não estar conforme, desde a questão do mobiliário, uma vez que no caderno de encargos constam determinadas regras, no que dizia respeito ao mobiliário, passando até pelos produtos que lá são vendidos e, à vista desarmada, mesmo sem ter lá ido, conseguia perceber o que ali era vendido. -----

- Deu uma nota muito positiva à Corrida das Fogueiras e à sua organização e, na pessoa do Paulo Mamede, dar um agradecimento aos funcionários municipais, que, uma vez mais, mostraram a organização com mestria, que faziam naquele evento, que é um evento de referência, que ia na sua 40.^a Edição, os funcionários que tornaram possível no antes, no durante e no após a Corrida das Fogueiras. Disse que a coordenação logística foi brilhante, dando conta que viu funcionários a recolher as baias na zona do centro histórico, por volta da meia noite e meia, via-se que estava tudo muito bem organizado. Agradeceu a todos os funcionários, a dedicação na organização daquele evento. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Disse que estava a aguardar a informação da comissão para avaliar o que fazer a seguir, e o que poderia ser muito claro para uns, poderia não ser tão claro para outros e, não fugindo às suas responsabilidades, não se cingia a uma análise à primeira vista. Referiu que pretendia, como em outros casos, a informação da comissão para, depois, avaliarem, e caso se entendesse, avaliar a questão juridicamente, pedindo aos serviços que diligenciem, o mais rápido possível, para que lhe façam chegar a sequência do trabalho de análise da avaliação da comissão que foi à Berlenga. Referiu que tentaram passar todas as barreiras e todas as dificuldades, inclusive, foi feito um esforço muito grande, em relação ao quarto, e foi muito difícil com a Reserva, e o que era certo é que na Hasta Pública aquele quarto, bem ou mal, estava lá consagrado, e que era para entregar à concessão do Castelinho, e aquela parte nunca ninguém valorizou, independentemente dos argumentos, mas conseguiram, mas era mais um problema acrescido que, ainda, não sabia as consequências da cedência, porque o quarto é da Reserva, não era da Câmara.-----

Senhor Vereador Jorge Gonçalves:

- Começou por se associar às felicitações reproduzidas, à Academia de Música do Stella Maris, à Universidade Sénior, aos 40 anos das Corrida das Fogueiras, às Piscinas Municipais e ao Festival de Natação, ao concurso de Pesca da Casa do Benfica. -----

- Referiu que já disse várias vezes que quando se candidataram, contado sempre o último ato eleitoral, tinham determinadas obrigações e deveres que a causa pública lhes impunha, e a defesa dos interesses públicos que ali eram representados pela Câmara Municipal, e já tem dito várias vezes que o que estava para trás, era uma questão que estava para trás e o importante era resolver o que estava para a frente, a propósito da intervenção do senhor Presidente, relativamente à questão da Berlenga. Disse que aceitaria aquele discurso de outra pessoa, porque não se achava responsável pelos doze anos anteriores, porque muitas vezes, em termos da Câmara Municipal, chamou à atenção para algumas coisas que não estavam bem, mostrando, inclusivamente, fotografias da Berlenga, do estado em que estavam algumas coisas, mas vir o anterior Presidente da Junta de Freguesia de Peniche, durante quatro anos, dizer que há anos que não ia à Berlenga, que aquilo estava um caos, ele não cumpriu as suas funções de Presidente da Junta, que era saber o estado em que uma parte do território da sua Freguesia estava, e chamar a atenção para a sua resolução. ----

- Relativamente à Corrida das Fogueiras, disse que pretendia, claramente, demarcar-se da mensagem política, do senhor Presidente da Câmara, na revista da Corrida das Fogueiras. Disse que se fosse investidor e olhasse para um texto daquela natureza, não iria investir em Peniche, porque faltava tudo. -----

- Disse que, na Assembleia Municipal de sexta-feira, o senhor Presidente de Junta de Freguesia de Ferrel chamou à atenção para a necessidade do Regulamento dos Horários dos Estabelecimentos Comerciais, tendo em conta que existe uma zona altamente complicada, o Baleal. Deu conta de várias intervenções que fez na Câmara Municipal, a propósito do regulamento, começando logo no início do mandato, a 27 de novembro de 2017, depois a 5 de fevereiro de 2018, em que o senhor Presidente dizia: *“O senhor Presidente disse que uma das razões para se ter feito um novo contrato com a Dr.ª Ana Cláudia Guedes, foi este regulamento, bem como outros processos. Referiu que logo que exista a possibilidade de o fazer, inclusive com a colaboração da Assembleia Municipal terão que analisar todos os regulamentos.”* Perguntou se, durante dezassete meses, não houve oportunidade de fazer uma proposta de regulamento para vir à Câmara, e a responsabilidade não podia ser do Presidente da Câmara, porque ele não faz os regulamentos, mas a responsabilidade política era dele, porque tinha que dar orientações para que aquilo se fizesse com rapidez, e os serviços existem para alguma coisa, não podia ser tudo em cima do Presidente, nem dos Vereadores. -----

- Deu conta que viu, na revista da Corrida das Fogueiras, o anúncio do Festival Sabores do Mar, que nada tinha contra, era o retomar de uma iniciativa que já existiu, mas estava contra que a política de proximidade com outras instituições, não se tivesse mantido nesta organização. Fez referência à ADEPE e ao MOVE, que seriam importantes para mobilizar os próprios sócios da restauração, na qualidade da gastronomia e na participação, e a Câmara Municipal fechou-se sobre si própria, pelo que deixou o seu desagrado.-----
- Perguntou se existia algum problema com a Pastelaria Rimor, uma vez que está há algum tempo para abrir, referindo que não iria questionar se, durante os anos em que esteve encerrada, alguma vez foi paga a ocupação de espaço público, fazendo um alerta para que não se esquecerem de cobrar, a partir do momento em que a mesma abra. -----
- Solicitou o ponto de situação, relativamente ao Castelinho e ao Pavilhão, na Berlenga. Perguntou se existia um despacho de nomeação da comissão, caso exista, gostaria de ter acesso ao despacho, para ver que em condições a comissão foi nomeada, qual foi o prazo dado para produzir uma determinada informação, não lhe parecendo, à partida, face ao assunto, que necessite de um prazo exagerado.-----
- Relativamente à esplanada da Pastelaria Brismar, perguntou se, do ponto de vista da gestão do espaço público, era preciso aquela situação demorar tanto tempo para resolver.-----
- Em relação à da Nau dos Corvos, disse que, na semana passada, colocou a questão do relatório do LNEC e da necessidade de a Câmara Municipal discutir a questão do edifício da Nau dos Corvos. Referiu que as primeiras sugestões do LNEC chegaram no dia 13 de maio, o relatório do LNEC chegou no dia 31 de maio, e hoje, dia 1 de julho, parecia que aquilo não era grave, nem preocupante, mas era grave e era da responsabilidade da Câmara Municipal deixar arrastar o tempo sem discutir o problema.-----
- Disse que solicitou, no dia 1 de abril, a norma legal que deu origem à abertura dos concursos de chefias, naquelas condições, três meses depois ainda não obteve a informação, e se era daquela forma que se tratava dos pedidos de informações, relativamente aos vereadores, teria que reconsiderar a forma como os fazia.-----
- Relativamente à APAP, disse que estava a referir aquela questão com o Presidente da Câmara, não com o Presidente da APAP, porque era sua obrigação zelar pelo interesse público e pela defesa dos interesses da Câmara Municipal, portanto, tendo sido aquele, um protocolo que foi assinado no mandato anterior, e que o senhor Presidente, em 26 de fevereiro de 2018, relativamente à questão da APAP: *“Disse que brevemente será enviado, pela APAP, o relatório dos trabalhos que estão a ser desenvolvidos. Quanto ao funcionamento da Associação é uma questão que se vai colocar daqui a pouco tempo, porque a Associação vai ter eleições e vai publicar essa convocatória. Quanto à verba que foi disponibilizada, não aconteceu no melhor momento, quando disponibilizaram os recursos foi um pouco tarde, também, por causa das intempéries, mas os trabalhos estão a ser desenvolvidos. A situação será explicada e serão explicados todos os euros utilizados. Disse que o ideal, seria que a Câmara Municipal fizesse a sua parte, a construção do Canil. Disse ainda, que a APAP, contribuisse com os recursos que tinham.”* Perguntou se, da parte da Câmara, havia alguma informação que o protocolo estivesse a ser cumprido, e saber o que o senhor Presidente pensava sobre aquela matéria. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação à revista e ao texto, disse que entendia que deveria continuar a fazer aquilo que a sua consciência manda, mas admitia que outros pudessem não concordar com eles, e era legítimo. ---
- Em relação à questão da Dr.^a Ana Cláudia, disse que o regulamento estava na sua posse, há algum tempo, e os Serviços, durante a semana, iriam dar uma informação, a todos, sobre quais eram e em que situação estavam. Referiu que, também, gostaria de ter aprovado, e talvez já o pudesse ter feito, se tivessem isolado aquele regulamento. Referiu que concordava com aquilo que o senhor

Presidente da Junta de Freguesia Ferrel disse, há algum tempo, mas assumia as responsabilidades políticas. -----

- Em relação à questão da Pastelaria Rimor, disse que estavam a procurar ajudar, já entrevistaram, tiveram que pedir alguma aceleração no processo, porque houveram um conjunto de alterações, em termos de projeto. Deu conta que houve a necessidade de revisitar todo o processo, porque havia coisas do passado que não foram bem-feitas, e pretendiam aproveitar aquela oportunidade para tentar corrigir. Disse, ainda, que a Direção Geral do Património Cultural foi muito rápida e tinham a informação para o processo ser aprovado, e estaria aberto, brevemente. Em relação ao pagamento do espaço público, disse que havia uma dívida, em que entrevistaram, mas o novo proprietário estava consciente da situação. -----

- Em relação à comissão, disse que havia despacho e deveria ser partilhado com o senhor Vereador.

- Relativamente à esplanada da Pastelaria Brismar, solicitou que lhe fosse prestada informação sobre como estava o processo, porque soube que houve a necessidade de alterar o projeto. -----

- Em relação à Nau dos Corvos, disse que, depois de terem conversado na última reunião, quando referiu que havia necessidade de fazer outro relatório, ficou com a sensação que podiam esperar que chegasse para, depois, analisarem tudo em conjunto, porque tinha a esperança de que aquele relatório não fosse mais grave do que o já existente. Referiu que não tinha qualquer problema em discutir e analisar o assunto com os senhores Vereadores, mas estarem a tirar conclusões, que poderiam ser precipitadas, à luz do outro relatório que era preciso fazer, poderia ser uma perda de tempo. Disse, ainda, que tem estado a pressionar para que o LNEC venha cá, rapidamente. -----

- Sobre a norma legal do concurso de Chefes de Divisão, disse que era o culpado, porque já deveria ter enviado o parecer que recebeu da Associação Nacional dos Municípios Portugueses. -----

- Em relação à APAP, disse que não iria falar como Presidente de Câmara, era o Presidente da APAP o responsável. Referiu que havia um entendimento, já há algum tempo, da Direção e da Assembleia Geral da APAP, porque foi conversados com todos. Disse que a dificuldade era sua, já começou a elaborar o relatório, há muito tempo, e não o conseguia terminar, mas esperava que, durante o mês de julho e agosto, o consiga fazer, para que chegue à Câmara Municipal toda a informação que a APAP dispõe, com uma proposta concreta, em relação a toda aquela situação, porque era impossível manter. Pediu desculpa, como Presidente da APAP, e com a falta de atenção do Presidente de Câmara, que não tem falta de atenção, estava era preocupado com aquelas e outras situações. -----

Senhora Vereadora Ana Rita Petinga:

- Disse que, efetivamente, houve uma falha, porque deveria estar escrito que a entidade promotora era o Município, a comissão organizadora seria a ADEPE, o MOVE e a Câmara Municipal. -----

- Relativamente à Pastelaria Rimor, deu conta que reuniu com o antigo proprietário, que lhe disse que no tempo que esteve fechado não deveria pagar nada, uma vez que ela própria não concordava com aquela situação ficou de ver, junto dos serviços, o detalhe de toda a informação e de lhe comunicar o valor em dívida. -----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Associou-se a todas as saudações efetuadas, com um voto de congratulação especial pela Corrida das Fogueiras, que era uma prova que estava no calendário da nossa cidade e do concelho, há muitos anos, e sobretudo pelo trabalho de limpeza que foi feito logo após a prova e, portanto, na sua opinião, independentemente de a prova ter corrido bem e, obviamente, terem que saudar quem a criou, desde logo, o senhor professor Nuno Bello, por ser uma pessoa que merecia ser evidenciada, porque há provas que se devem a ele, quer a Corrida das Fogueiras, quer o Triatlo, mas, também, há os profissionais da Câmara, desde o Paulo Mamede, até todos os profissionais que ajudam a montar e a recolher as baias, envolvendo todos, desde os organizadores até ao mais

simples trabalhador. Chamou à atenção que havia, ainda, alguns resquícios da prova, nomeadamente, algumas garrafas de plástico. -----

- Deu conta de um sinal de trânsito danificado, entre a Rua Heróis do Ultramar e a Avenida Paulino Montez. -----

- Saudou o evento que foi promovido pelo Rotary Club, com o senhor professor Nuno Lobo Antunes, sobre autismo, que teve uma sala cheia, o que prova que as pessoas estavam atentas e necessitavam daquele tipo de abordagens, para ficarem a conhecer melhor. -----

- Relativamente à mensagem do senhor Presidente, na revista da Corrida das Fogueiras, também não gostou, porque, na sua opinião, aquele tipo de mensagens deveriam ser incentivadoras, positivas e muito claras, independentemente de se reconhecerem os problemas, mas à Câmara Municipal competia resolvê-los, e para os outros deveriam dar uma ideia de crescimento, que valia a pena, que era preciso que viessem cá mais vezes, portanto, na sua opinião, era uma mensagem algo pessimista, embora realista, mas nem sempre em política podiam ser tão realistas nas mensagens que produziam. -----

- Disse que foi abordado pelos vendedores ambulantes da Rua António Conceição Bento, a quem foi dito que iriam sair dali. Perguntou se, de facto, foi dada alguma ordem de despejo, imediata, àqueles vendedores e se foi aplicado o mesmo aos outros vendedores ambulantes. -----

- Referiu que caso não se arranjasse, rapidamente, uma solução para a Unidade Móvel, que falou há algum tempo, poderiam vir a ficar, brevemente, sem o projeto “Cidade Alerta”, que aborda a problemática do HIV/Sida, porque os objetivos que foram traçados para a continuação daquelas equipas eram incomportáveis, se não houvessem condições de mobilidade, ou seja, os projetos passariam a ser regionais, em vez de locais, para além de outros problemas de funcionamento ligados, quer ao projeto “Cidade Alerta”, quer à equipa de rua, e era urgente que refletissem, sobre o papel que a Câmara pretendia assumir, naquele quadro concreto da saúde pública, porque, na sua opinião, perdendo a equipa da “Cidade Alerta”, a cidade de Peniche daria um passo atrás, naquilo que era a segurança e a saúde das populações. Disse que tinham, embora talvez não as conhecessem de tão perto, muitas situações de HIV/Sida, Peniche foi, durante muito tempo, uma zona de forte incidência, particularmente, nas pessoas mais velhas, têm muitas famílias afetadas por aquela situação, têm grupos de risco muito elevados, do ponto de vista da possível contração da infeção e, portanto, se por acaso abrandarem o trabalho que tem sido feito poderiam esperar, ou não que as coisas se complicassem num futuro próximo. Disse, ainda, que o assunto deveria ser discutido em reunião de Câmara, e perguntar às equipas o que andavam a fazer e o que era, efetivamente, necessário. -----

- Deu conta que, no próximo dia 6 de julho, seria o Dia Internacional das Cooperativas, que será comemorado em Coimbra, e sendo ele próprio Presidente da Confecoop, saudou todas as Cooperativas que ainda existem no nosso concelho, recordando os princípios cooperativos: adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação económica dos seus membros, autonomia e independência, educação, formação e informação como objetivos da própria organização, intercooperação e interação com a comunidade, que eram pilares fundamentais para qualquer organização da economia social, que se quisesse mais forte e interventiva. Recordou, como exemplo, o papel importante que teve a Cooperativa Humus, na promoção da Cultura e, até, na defesa da liberdade, o papel importante que tiveram as cooperativas de pesca, independentemente de terem tido um final triste, a Cooperativa Tercasa, que teve um papel importante na resolução de situações de habitação, as Cooperativas de consumo que passaram a ser lojas comerciais normais, como a Flor de Maio ou a Social, ou mais recentemente o papel que desempenham Cooperativas como a Cercipeniche, a Acompanha, a Caixa de Crédito Agrícola ou a Cooperativa Agrícola de Atouguia da Baleia. -----

- Associou-se àquilo que foi dito, pelo senhor Presidente, sobre a Universidade Sénior. -----

- Sobre a situação das Berlengas, subscreveu grande parte das preocupações que foram ali

manifestadas. -----

- Referiu que, na sua opinião, existem decisões e concretizações que não são compatíveis com esperas. Disse que entendia que um processo, como, por exemplo, o da Berlenga, tinha que ser uma coisa feita, no máximo, em três dias, e não o dizia como sendo uma crítica, era numa tentativa de funcionalizar as coisas. Referiu que, na sua opinião, nesta Câmara, deixam-se muitas decisões penduradas, e grande parte delas poderiam ser por falta de recursos, também, eram, talvez, por falta de definição de algumas prioridades e de não as calendarizarem, porque as decisões que vão ficando penduradas deveriam ser escalonadas por prazos a cumprir, pela urgência das próprias decisões que lhe estão subjacentes e, até, pela complexidade ou não complexidade da decisão. Disse, ainda, que a Câmara Municipal continuava a ancorar-se na falta de recursos, mas, por exemplo, defendia que naquilo que a Câmara não tivesse condições de fazer, deveria recorrer ao Outsourcing, sendo pouco apologista de continuar a aumentar os quadros da Câmara, porque as necessidades iriam ser sempre mais, e com a delegação de competências isso irá acontecer. Referiu que, provavelmente, fazia sentido uma avaliação para saber quantos recursos estavam a mais e quantos estavam a menos, porque da mesma maneira que acreditava que existem áreas onde havia gente subcarregada, também, há áreas com gente demasiado folgada e, portanto, havia que fazer uma reflexão séria sobre isso. Lembrou algumas coisas que provavelmente já deviam ter sido equacionadas, tais como a Carta Educativa, os regulamentos, a situação do Associativismo, a visão política para a Educação, a posição autárquica sobre a saúde pública, a posição sobre o Hospital de Peniche, até porque se tem falado muitas vezes num Hospital Regional, e ficava sempre a dúvida se aquela posição, sobre o Hospital Regional, significava acabar com o Hospital de Peniche, porque se significasse teriam que informar as pessoas, porque até agora a Câmara Municipal tem defendido o Hospital de Peniche, a urgência hospitalar e a questão de defender um Hospital Regional, implicava uma reflexão sobre o que iria acontecer à estrutura de urgência em Peniche, porque retirá-la de cá teria implicações, não só a nível da saúde, teria implicações económicas, seríssimas, e ao nível da confiança dos investidores, mas outras, como por exemplo, discutir a política municipal para o desporto, as prioridades para a dinamização cultural, opções políticas prioritárias para o turismo, portanto, na sua opinião, talvez do ponto de vista daquilo que era a matéria que deveria, em primeira instância, ser decidida por quem governava a Câmara, e aquilo que deveria ser matéria decidida pelo coletivo, seria importante que conseguissem estabelecer um quadro de prioridades que os ajudasse a participar nos debates. -----

- Relativamente a outras questões, disse que, na sua opinião, às vezes se demorava demasiado tempo a dar respostas, nomeadamente quando eram solicitadas aos técnicos. Referiu, como exemplo, que no caso do Castelinho, na Ilha da Berlenga, se houvesse alguma intervenção a fazer, perderia a eficácia, porque os factos que, eventualmente, existirão, já se passaram há muito tempo e, entretanto, durante aquele período, poderiam estar a ser quase que perpetuados. Disse que estava disponível para discutir, em sede de Câmara, como poderiam aumentar a eficácia, e falava naquilo que seria o seu contributo, enquanto Vereador, e como é que poderiam ser mais eficazes na procura de soluções para questões mais concretas, e não podiam continuar a dizer aos munícipes que não lhes cumpriam os direitos que tinham, porque não tinham recursos. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação ao sinal partido, disse que já alertou para a situação. -----

- Relativamente aos vendedores ambulantes da Rua António Conceição Bento, disse que lhe foi pedido que a licença fosse revalidada, e foi dito que a situação teria que ser avaliada, até porque o regulamento estava a ser trabalhado, e, na sua opinião, aquela situação poderia ser considerada uma questão menor, mas seria a Câmara Municipal a decidir. Referiu que o que foi dito, em relação ao futuro, foi, em concreto uma circunstância, o Baleal em sintonia com a decisão da Junta de Freguesia de Ferrel, de que, no próximo ano, a venda ambulante, que é feita a título excecional,

junto ao Baleal deixaria de se fazer. Deu conta que o senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel sugeriu que fosse encontrada outra solução, e o que lhe disse foi que não seria a Câmara Municipal a encontrá-la, provavelmente teria que ser a Junta de Freguesia. Em relação ao Mercado Municipal, disse que, na sua opinião, iriam ter que intervir, logo que haja tempo. Referiu que o senhor Vereador colocou diversas questões que deveriam ser analisadas em sede de Câmara, mas existem dossiers que estão a tentar fechar que não estão a conseguir, e quanto mais questões forem colocadas, sem fechar outras, obviamente, não se criavam condições de trabalho. Relativamente à venda ambulante, não autorizada, em frente ao Mercado Municipal, disse que teriam que olhar para aquilo e, na sua opinião, o momento certo seria quando estivesse a analisar o que pretendiam para o Mercado Municipal, definindo uma estratégia, que, provavelmente, era partilhada por todos.

- Em relação às questões que o senhor Vereador colocou sobre a Acompanha e o projeto da Cidade Alerta, disse que, tendo sido colocada a questão naqueles termos, na sua opinião, a Acompanha deveria vir à Câmara Municipal apresentar o projeto, ver quais eram os apoios, os envolvimentos, nomeadamente o financeiro, para que todos tenham consciência e, posteriormente, chegarem a uma conclusão. -----

- Referiu que, naturalmente, se associavam à saudação das cooperativas, particularmente aquelas que existem no concelho. -----

- Em relação à contratação, disse que, há pouco, procurou referir, de alguma forma, as dificuldades que tinham, porque se deveria perceber que alguns dos processos que estão parados há muito tempo, era porque quem fazia os procedimentos, fazia outras coisas. Referiu que o seu objetivo seria tentar chegar ao fim da linha com os fundos comunitários e depois refletir sobre o que deveria ser aquele setor e quem devia ter o quê. Disse, ainda, que os projetos, muitos deles, teriam que ser feitos fora, na sua opinião, particularmente os projetos de execução na fase final e algumas especialidades e as empreitadas, depois de existirem projetos, iria depender da disponibilidade financeira. Disse, ainda, que, inclusivamente, os procedimentos por ajuste direto de contratos, apesar do aprovisionamento ter, atualmente, um conjunto de profissionais mais alargado, não era fácil, porque as obrigações legais são cada vez maiores e os cuidados, também, tinham que ser maiores. Referiu que não era fácil dizer que a Câmara tem um quadro alargado e que não estavam a ver a alargar mais esse quadro e, ao mesmo tempo, que não tinham capacidade de resposta.-----

Senhor Vereador Rogério Cação:

- Informou que tinha acabado de falar com o senhor Presidente da Acompanha, que estava disponível para reunir com o senhor Presidente da Câmara, a grande questão era que, infelizmente, não poderia ser protelado, porque, neste momento, estavam a fazer uma candidatura ao Cidade Alerta, que tem pressupostos, e poderia garanti-los, mas sem garantia nenhuma, porque se dependesse apenas da Acompanha, nem sequer teriam condições para fazer o projeto, por razões que todos conheciam. Referiu que não colocava de lado a ideia que o senhor Presidente referiu, na sua opinião, teriam que fazer uma reflexão, não sobre a Acompanha, que é uma parte, mas sobre as questões da saúde pública, onde a Acompanha tinha um papel, obviamente, importante. Deu conta que, apesar de não saberem, nas festas de estudantes, o pátio do Cerisc, uma das estruturas da Acompanha, existiam, seguramente, mais de quinze seringas, que foram retiradas pela equipa de rua. Disse, ainda, que, primeiro, deveriam conversar, mas quando aquilo passava para um plano de saúde pública, na sua opinião, a Câmara tinha meios limitados, e teria que ser muito criteriosa naquilo que era a distribuição dos meios. Referiu que entendia que, talvez, fosse importante conversarem, porque conheciam o problema, para que depois seja presente uma proposta concreta, fundamentada e até apoiada pelas pessoas que sabem do assunto, e que podem acrescentar alguma coisa. -----

Senhor Vereador Filipe Sales:

- Associou-se aos votos formulados pelo senhor Vereador Rogério Cação. -----
- Relativamente à questão da Acompanhã, sem prejuízo das diligências e das reuniões que possam acontecer entre o Presidente da Direção e o Presidente da Câmara, disse que, na sua opinião, seria muito importante, para que a Câmara estivesse devidamente sensibilizada, que os técnicos pudessem estar numa reunião de Câmara, que não seja pública, e possam fazer uma apresentação sobre o projeto, quanto ao mérito daquele projeto, ninguém tinha dúvidas. Deu conta que, na semana passada, esteve cá o senhor Dr. Joaquim Fonseca, coordenador da DICAD, e teceu rasgados elogios ao projeto e disse que, de facto, tinham mesmo que continuar.-----
- Disse que incentivava as pessoas para aqui defender os seus interesses, referindo que a última pessoa que incentivou, foi no sábado, onde foi abordado por um senhor que lhe fez chegar a sua preocupação, tendo-lhe dito para expor o seu assunto numa reunião de Câmara, porque não havia nada como ir ao sítio próprio, para as questões mais difíceis de gerir.-----
- Quanto às contradições, disse que tiveram, de facto, a presença do senhor Ulisses, que colocou uma questão relacionada com o Mercado da Consolação e, enquanto autarcas e enquanto Vereadores deveriam, ao máximo, procurar as respostas às questões que ali eram levantadas, seja pelos senhores Vereadores, seja pelos Municípes, e aquilo que fez foi pedir para que lhes fosse apresentada a resposta, face à questão colocada pelo munícipe que, alegadamente, alguém venderia, de forma indevida, no Mercado da Consolação, e aquilo que tentaram procurar, foi saber se aquilo era verdade e que resposta foi dada. -----
- Quanto à questão da Rua António Conceição Bento e na porta do Mercado Municipal, não tinham dúvidas, porque já aqui apresentaram, oportunamente, no mandato passado, quando a questão esteve em cima da mesa, a sua posição. -----

Senhor Presidente da Câmara, Henrique Bertino:

- Em relação à questão da Acompanhã, disse que aquilo que o senhor Vereador Filipe Sales sugeriu, era aquilo que estava, também, a sugerir, na sequência da forma como foi colocada a questão, na sua opinião, era interessante que viessem a reunião de Câmara apresentarem os documentos.-----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

A Câmara passou a apreciar os assuntos constantes da ordem do dia, tendo tomado as seguintes deliberações que, quando não sejam indicados outro resultado e forma de votação, foram tomadas por unanimidade e votação nominal:-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA (PARTE I):

1) Alteração ao alvará de loteamento e de obras de urbanização n.º 9/2001, relativo ao lote n.º 3, para o prédio sito na Rua Dr. Manuel Pedrosa, nos Casais do Júlio, apresentado em nome de Luís Manuel da Costa Cabral – Pelouro do Urbanismo: -----

Deliberação n.º 799/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Aprovar o pedido de alteração ao alvará de loteamento e de obras de urbanização n.º 9/2001, apresentado em 16 de maio de 2018, em nome de Luís Manuel da Costa Cabral, que consiste na alteração da implantação e ampliação da área bruta de construção do lote 3, do prédio sito na Rua Dr. Manuel Pedrosa, localidade de Casais do Júlio, ao abrigo do disposto no n.º 8 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 22 de junho de 2019.» (Doc.378 DPGU

L12/99) -----

2) Pedido de licenciamento para alteração de edifício de habitação e comércio com demolição parcial do existente, para o prédio sito na Rua Nossa Senhora da Guia, n.º 3, em Ferrel, apresentado em nome de Lídia Maria Marques Dias – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:

Deliberação n.º 800/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar com condições o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para alteração de edifício de habitação e comércio com demolição parcial do existente, para o prédio sito na Rua Nossa Senhora da Guia, n.º 3, localidade de Ferrel, apresentado em nome de Lídia Maria Marques Dias, no dia 13 de julho de 2018, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 22 de junho de 2019.» (Doc.379 DPGU 163/18) -----

3) Pedido de licenciamento para reconstrução de edifício de habitação, para o prédio sito na Rua Afonso de Albuquerque n.os 41-A, 43 e 45, em Peniche, apresentado em nome de Ana Cristina Gomes Silvério – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 801/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para reconstrução de edifício de habitação, para o prédio sito na Rua Afonso de Albuquerque n.os 41-A, 43 e 45, localidade de Peniche, apresentado em nome de Ana Cristina Gomes Silvério, no dia 3 de setembro de 2018, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 25 de junho de 2019.» A senhora Vereadora Cristina Leitão não participou na apreciação e votação deste assunto. (Doc.380 DPGU 203/18) -----

4) Pedido de licenciamento para alteração de armazém para comércio e/ou serviços, para o prédio sito na Rua da Ponte Velha, em Peniche, apresentado em nome de Go4surf Portugal Unipessoal, L.da – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 802/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para alteração de armazém para comércio e/ou serviços, para o prédio sito na Rua da Ponte Velha, localidade de Peniche, apresentado em nome de Go4surf Portugal Unipessoal, L.da, no dia 19 de dezembro de 2018, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 25 de junho de 2019.» (Doc.381 DPGU 270/18)-----

5) Pedido de licenciamento para alterações no decurso da obra na vigência da licença n.º 171/17, para o prédio sito na Rua dos Galos, n.º 15, no Lugar da Estrada, apresentado em nome de Ana Paula Correia Valla Chagas – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 803/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para alterações no decurso da obra na vigência da licença n.º 171/17, para o prédio sito na Rua dos Galos, n.º 15, localidade de Lugar da Estrada, apresentado em nome de Ana Paula Correia Valla Chagas, no dia 7 de maio de 2019, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 22 de junho de 2019.» (Doc.382 DPGU 474/19) -----

6) Pedido de informação prévia sobre a viabilidade para ampliação de um piso em moradia unifamiliar, a implantar no prédio sito na Rua de Santo António, n.º 27, em Bôlhos, apresentado em nome de Carlos Alberto Alves Leitão – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 804/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Proceder à audiência prévia ao interessado, nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo, manifestando a intenção de emitir parecer desfavorável ao pedido, apresentado em nome de Carlos Alberto Alves Leitão, em 29 de outubro de 2018, sobre a viabilidade para ampliação de um piso em moradia unifamiliar, a implantar no prédio sito na Rua de Santo António, n.º 27, localidade de Bôlhos, pelos motivos constantes no parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 25 de junho de 2019, nomeadamente por incumprimento da alínea a) do n.º 3.1 do artigo 11.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM) de Peniche, bem como do artigo 23.º do Regulamento Municipal da Urbanização e da Edificação (RMUE) de Peniche.» (Doc.383 NIPG 93/18) -----

7) Pedido de licenciamento para legalização de alteração de fachada, para o prédio sito na Rua Casal dos Ninhos, n.º 23, fração “Q”, nos Casais do Baleal, apresentado em nome de Peter Feuereisel – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 805/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para legalização de alteração de fachada, para o prédio sito na Rua Casal dos Ninhos, n.º 23 - Fração “Q”, localidade de Casais do Baleal, apresentado em nome de Peter Feuereisel, no dia 6 de julho de 2018, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 25 de junho de 2019.» (Doc.384 DPGU 154/18) -----

8) Pedido de licenciamento para reabilitação de moradia unifamiliar com demolição parcial, alteração e ampliação, para o prédio sito na Rua da Saudade, n.º 6, em Geraldês, apresentado em nome de José Miguel Canavilhas Duarte – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 806/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 26 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar o projeto de arquitetura ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 20.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), relativo ao pedido de licenciamento para reabilitação de moradia unifamiliar - demolição parcial, alteração e ampliação, para o prédio sito na Rua da Saudade, n.º 6, localidade de Geraldês, apresentado em nome de José Miguel Canavilhas Duarte, no dia 29 de novembro de 2018, nas condições do parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 25 de junho de 2019.» O senhor Vereador Jorge Gonçalves não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação

deste assunto. (Doc.385 DPGU 255/18)-----

9) Estudo de alinhamentos para criação de passeios, para a Rua Ruy Belo, na Consolação – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 807/2019: Foi presente a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Tomar conhecimento e ponderar, o estudo de alinhamentos para criação de passeios, elaborado pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística - Estudos e Projetos, em 1 de abril de 2019, para a Rua Ruy Belo, localidade de Consolação, tendo em conta o parecer emitido pela Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 25 de junho de 2019.»-----

Deliberado tomar conhecimento e solicitar aos serviços que elaborem uma nova proposta, devendo ser presente numa próxima reunião de Câmara. (DPGU 34/18)-----

10) Pedido de licenciamento de operação de loteamento urbano com obras de urbanização, para o prédio sito em Zona do Ribeirinho, em Coimbra, apresentado em nome de Evaristo da Silva Cavalheiro – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 808/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Proceder à audiência prévia ao interessado, nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo, manifestando a intenção de indeferir o pedido, apresentado em nome de Evaristo da Silva Cavalheiro, em 10 de novembro de 2000, para licenciamento de operação de loteamento urbano com obras de urbanização, para o prédio sito em Zona do Ribeirinho, localidade de Coimbra, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), pelos motivos constantes nos pareceres da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datados de 22 de abril de 2019 e de 22 de junho de 2019, nomeadamente por contrariar o disposto nos números 3.6 e 3.8 do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Peniche.» O senhor Vereador Rogério Cação não participou na apreciação e votação deste assunto. (Doc.386 DPGU L18/00)-----

11) Pedido de licenciamento para realização de operação de loteamento com obras de urbanização, a realizar no prédio sito em “Cruz da Légua”, no Alto Veríssimo, apresentado em nome de João Lopes Ferreira – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 809/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 26 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Declarar a caducidade do ato de licenciamento, ao abrigo da alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE) e proceder ao arquivamento do processo, apresentado em nome de João Lopes Ferreira, relativamente ao pedido de licenciamento para realização de operação de loteamento com obras de urbanização, a realizar no prédio sito em “Cruz da Légua”, localidade de Alto Veríssimo, por se verificar que a exposição apresentada pelo requerente, em sede de audiência prévia, em nada altera os motivos de facto e de direito da anterior proposta de decisão.» (Doc.387 DPGU L4/09)-----

12) Pedido de licenciamento para construção de bloco habitacional, piscina e muros de vedação, para o prédio sito em Casais do Baleal, apresentado em nome de Alexandre Manuel Barroca da Silva – Pelouro do Planeamento e Urbanismo:-----

Deliberação n.º 810/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada

de 26 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Proceder à audiência prévia ao interessado, nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo, manifestando a intenção de indeferir o pedido, apresentado em nome de Alexandre Manuel Barroca da Silva, em 30 de novembro de 2018, para construção de bloco habitacional, piscina e muros de vedação, para o prédio sito em Casais do Baleal, ao abrigo da alínea a) do n.º 1 e alínea a) do n.º 2 do artigo 24.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, com a sua atual redação (RJUE), pelos motivos constantes no parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 25 de junho de 2019, nomeadamente por incumprimento do n.º 3.2 do artigo 11.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM) de Peniche, bem como pelo facto de a pretensão condicionar negativamente a ocupação estabelecida pelo PDM, corroborado com o estabelecido na alínea a) do n.º 2 e n.º 5 do artigo 24.º do RJUE, e ainda, pelo n.º 1 do artigo 146.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT).» (Doc.388 DPGU 257/18) -----

13) Pedido de informação prévia sobre a viabilidade para realização de operação de loteamento para 42 lotes, a implantar no prédio sito na Vigária - Estrada Nacional 114, em Atouguia da Baleia, apresentado em nome de Nuno Alberto Garcia da Silva – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 811/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Proceder à audiência prévia ao interessado, nos termos do artigo 121.º do Código de Procedimento Administrativo, manifestando a intenção de emitir parecer desfavorável ao pedido, apresentado em nome de Nuno Alberto Garcia da Silva, em 30 de janeiro de 2019, sobre a viabilidade para realização de operação de loteamento (42 lotes), a implantar no prédio sito na Vigária - Estrada Nacional 114, localidade de Atouguia da Baleia, pelos motivos constantes no parecer da Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU), datado de 25 de junho de 2019, nomeadamente por contrariar o n.º 3.8 do artigo 12.º do Regulamento do Plano Diretor Municipal (PDM) de Peniche.» (Doc.389 DPGU 114/19)-----

14) Unidade de Execução para as instalações do posto territorial da GNR de Peniche, em Atouguia da Baleia – Pelouro do Planeamento e Urbanismo: -----

Deliberação n.º 812/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 27 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Aprovar a proposta de aditamento à “solução urbanística de base” da Unidade de Execução para as instalações do posto territorial da GNR de Peniche, em Atouguia da Baleia, aprovada por deliberação camarária de 26 de março de 2018, bem como o respetivo estudo de loteamento, elaborados na Divisão de Planeamento e Gestão Urbanística (DPGU) e datados de 18 de junho de 2019, anexos;

Aprovar a proposta de redistribuição de benefícios e encargos da mesma Unidade de Execução, conforme cálculos perequativos e relatório técnico descritivo e justificativo, elaborados na DPGU e datados de 26 de junho de 2019, anexos;

Decidir consultar a outra cooperante da Unidade de Execução sobre o estudo de loteamento e a proposta de redistribuição de benefícios e encargos;

Decidir proceder à elaboração da minuta do contrato de urbanização, caso a outra cooperante concorde com os termos propostos.» (Doc.390 DPGU) -----

PROCOLOS:

15) Protocolo para a realização de estágio curricular – Curso Técnico de Informação e Animação Turística, a celebrar entre o Município de Peniche e a Escola Profissional Alda Brandão de Vasconcelos (EPAV) - Pelouro dos Recursos Humanos:-----

Deliberação n.º 813/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 26 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Atendendo ao solicitado pela Escola Profissional Alda Brandão de Vasconcelos – Escola de Hotelaria de Peniche (EPAV) e à informação dos Serviços de 21 de junho, proponho, no uso da competência estabelecida na alínea u) do nº1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que a Câmara Municipal aprove o protocolo a celebrar entre o Município de Peniche e a EPAV em anexo, que tem por objeto a realização de 2 Estágios Curriculares – Curso de Técnico de Informação e Animação Turística.» O senhor Presidente da Câmara não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.391 NIPG 11377/19)-----

16) Protocolo a celebrar com a Freguesia de Ferrel para exploração da zona de estacionamento de duração limitada (H) prevista no Regulamento Municipal de Parques de Estacionamento condicionado e de zonas de estacionamento de duração limitada no concelho de Peniche, sita no Baleal – Pelouro das Freguesias:-----

Deliberação n.º 814/2019: Deliberado retirar da ordem do dia a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 11 de abril de 2019, referente ao protocolo a celebrar coma Freguesia de Ferrel para exploração da zona de estacionamento de duração limitada (H) prevista no Regulamento Municipal de Parques de Estacionamento condicionado e de zonas de estacionamento de duração limitada no concelho de Peniche, sita no Baleal, devendo ser presente na próxima reunião de Câmara com a presença do senhor Presidente da Junta de Freguesia de Ferrel. (NIPG 6568/19) --

DIVISÃO DE OBRAS MUNICIPAIS:

17) Sinalização vertical para estacionamento autorizado, no Parque de estacionamento de apoio à Praia do Baleal – Pelouro do Trânsito:-----

Deliberação n.º 815/2019: Deliberado retirar da ordem do dia a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 27 de junho de 2019, referente à sinalização vertical para estacionamento autorizado, no Parque de estacionamento de apoio à Praia do Baleal, devendo o assunto ser presente na próxima reunião de Câmara. (NIPG 10963/19)-----

18) Auto de receção definitiva das infraestruturas urbanísticas do processo de loteamento L07/99, em nome de António Henriques Antunes Lourenço e Outros – Pelouro das Obras Municipais:-----

Deliberação n.º 816/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 25 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Para efeitos do previsto no artigo 87.º, do R.J.U.E. (Regime Jurídico de Urbanização e Edificação), anexa-se Auto de Receção Definitiva das Infraestruturas Urbanísticas do processo de loteamento L07/99, em nome de António Henriques Antunes Lourenço e Outros, para sua apreciação e homologação no sentido de serem recebidas as mesmas e libertada a caução em conformidade com o respetivo Auto.» O senhor Presidente da Câmara não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.392 NIPG 11378/19)-----

19) Sinalização para reserva de lugar de estacionamento para pessoa com mobilidade condicionada, na Rua Casal dos Ninhos, n.º 32-1.º I, nos Casais do Baleal – Pelouro do Trânsito: -----

Deliberação n.º 817/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 21 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Para efeitos do previsto no n.º 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, e de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, na sua atual redação, e considerando o parecer da Divisão de Obras Municipais, datado de 14 de maio de 2019, propõe-se apreciação e homologação da sinalização rodoviária, marcação de lugar de estacionamento para pessoa com mobilidade condicionada na Rua Casal dos Ninhos, n.º 32, em Casais do Baleal, Ferrel.» O senhor Presidente da Câmara não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.393 NIPG 6388/19) -----

20) Sinalização horizontal, pintura de linha ziguezague, na Rua Rodrigo Guisado Carvalho, n.º 11, em Reinaldes – Pelouro do Trânsito:-----

Deliberação n.º 818/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Para efeitos do previsto no n.º 1 e 2 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 44/2005, de 23 de fevereiro, e de acordo com o Regulamento de Sinalização de Trânsito, aprovado pelo Decreto Regulamentar n.º 22-A/98, de 1 de outubro, na sua atual redação e, considerando a informação n.º 82/2019 da Divisão de Obras Municipais, de 12 de junho de 2019, propõe-se apreciação e homologação da sinalização horizontal – marcação de linha em ziguezague, reguladora do estacionamento e paragem, em frente ao n.º 11 da Rua Rodrigo Guisado Carvalho, em Reinaldes, Atouguia da Baleia.» O senhor Presidente da Câmara não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.394 NIPG 9886/19)-----

INTERVENÇÃO SOCIAL:

21) Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento 2018/2019 – Alterações às condições socioeconómicas – Pelouro da Solidariedade Social:-----

Deliberação n.º 819/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 27 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação do setor de Planeamento e Intervenção Social, de 26 de junho de 2019, que se anexa, proponho que a Câmara a Municipal, no uso da competência prevista nos termos do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento, n.º 399/2017, de 26 de julho, no n.º 3 do seu artigo 10.º, delibere que o valor do apoio a conceder, relativo à candidatura n.º 12 de 2018-2019, titulada por Sónia Fernanda Pereira Murraças, passe para 112,50 € mensais.» O senhor Presidente da Câmara não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.395 NIPG 11392/19) -----

22) Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento 2018/2019 – Proposta de suspensão de apoio – Pelouro da Solidariedade Social:-----

Deliberação n.º 820/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 27 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando o parecer técnico do setor de Planeamento e Intervenção Social, de 26 de junho de 2019, que se anexa, na qual se conclui pela alteração dos pressupostos da atribuição do apoio a alguns beneficiários, proponho que a Câmara a Municipal, nos termos do n.º 5 do artigo 13.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento do Município de Peniche, manifeste a intenção de suspender o apoio concedido, com efeitos a partir do mês de Julho inclusive, devendo, nos termos do artigo 121.º do CPA, proceder à audiência prévia de todos os beneficiários em causa.» O senhor Presidente da Câmara não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.396 NIPG 11459/19)-----

23) Candidaturas ao Programa Municipal de Apoio ao Arrendamento - 2019/2020 – Pelouro da Solidariedade Social:-----

Deliberação n.º 821/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 27 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando o parecer técnico do setor de Planeamento e Intervenção Social, de 26 de junho de 2019, que se anexa, proponho que a Câmara a Municipal, nos termos do n.º 1 e 3 do artigo 11.º do Regulamento Municipal de Apoio ao Arrendamento do Município de Peniche, proceda à audiência prévia de todos os candidatos, manifestando intenção de deferir e indeferir as candidaturas de acordo com a Grelha anexa à referida informação.» O senhor Presidente da Câmara não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.397 NIPG 11379/19)-----

DOCUMENTOS PREVISIONAIS:

24) Alteração ao Orçamento da Despesa, Plano Plurianual de Investimentos e ao Plano de Atividades Municipais do Município de Peniche, para o ano de 2019, modificação 10 – Pelouro das Finanças: -----

Deliberação n.º 822/2019: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, datada de 27 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação da Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, de 27 de junho de 2019, que se anexa, proponho que a Câmara Municipal aprove a alteração aos documentos previsionais, para o ano 2019 – modificação n.º 10, conforme consta dos documentos anexos à referida informação.» O senhor Presidente da Câmara e o senhor Vereador Jorge Gonçalves não estiveram presentes na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.398 NIPG 11460/19)-----

APOIOS DIVERSOS:

25) Atribuição de apoio logístico para as atividades que decorrem durante o mês de julho, submetidas na 1.ª fase de candidaturas ao abrigo do Regulamento Municipal de Apoio ao Associativismo – Pelouro do Associativismo: -----

Deliberação n.º 823/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Vereador Mark Ministro, datada de 26 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a informação da técnica superior Sofia Gomes, datada de 26 de junho de 2019, que se anexa, de acordo com a qual, apesar de estar a decorrer o período de avaliação das candidaturas submetidas na 1.ª fase de apoio às atividades regulares, ao abrigo do Regulamento

Municipal de Apoio ao Associativismo, há candidaturas cujas atividades terão lugar durante o mês de julho.

Considerando que há condições para conceder o apoio logístico solicitado e sem prejuízo destas candidaturas serem apreciadas na avaliação da 1.ª fase de apoio às atividades regulares, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência estabelecida na alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e de acordo com a deliberação de Câmara n.º 625/2017, do dia 22/05/2017, na sua atual redação, conceda o apoio logístico às seguintes Associações para a realização das atividades nos termos abaixo mencionados:

Pedidos de Apoio Logístico para as atividades a decorrem durante o mês de julho
- 1.ª Fase de Candidaturas RMAA -

<i>N.º</i>	<i>Associação</i>	<i>Tipologia de Apoio</i>	<i>Atividade</i>	<i>Data de Início</i>	<i>Data de Fim</i>	<i>Quant. do A. logístico</i>	<i>Apoio Logístico</i>
<i>1</i>	<i>Clube de Taekwondo de Peniche</i>	<i>2.1.3. Organização de Eventos e Atividades Desportivas não Competitivas</i>	<i>12.º International Taekwondo Summercamp Peniche 2019</i>	<i>06/07/2019</i>	<i>13/07/2019</i>	<i>1 206,00 €</i>	<i>Pavilhão Dom Luís Ataíde (6 a 13/07/2018) e a utilização do mini ginásio e da sala de reuniões existente no pavilhão 1 Autocarro para transporte de 50 pessoas (10/07/2018) - Bacalhoa (15h - 18h) 1 Autocarro para transporte de 50 pessoas (13/07/2018) - Óbidos (18h - 22h) 50 Alojamento Casa da Juventude</i>
<i>2</i>	<i>Centro de Solidariedade Social Convívio e Cultura de Geraldês</i>	<i>2.2.2. Projetos de produção artística, de espetáculos e festivais, nos vários domínios das artes</i>	<i>Festival Nacional de Folclore</i>	<i>06/07/2019</i>		<i>492,32 €</i>	<i>Tenda 10 x 15 2 projetores</i>
<i>3</i>	<i>Coral Stella Maris de Peniche</i>	<i>2.2.2. Projetos de produção artística, de espetáculos e festivais, nos</i>	<i>X Encontro de coros cidade de Peniche</i>	<i>06/07/2019</i>		<i>1,74 €</i>	<i>300 Impressão de desdobráveis e publicidade</i>

<i>N.º</i>	<i>Associação</i>	<i>Tipologia de Apoio</i>	<i>Atividade</i>	<i>Data de Início</i>	<i>Data de Fim</i>	<i>Quant. do A. logístico</i>	<i>Apoio Logístico</i>
		vários domínios das artes					(não há disponibilizada) Utilização das instalações do CAT para o jantar/convívio (articular diretamente com o CAT) 2 Ofertas coros convidados
4	Espaço Sénior São Leonardo - Associação Social da Atouguia da Baleia	2.3. Atividade Solidária e Humanitária	3º Aniversário da Associação	06/07/2019	07/07/2019	876,16 €	25 Mesas 50 Bancos 10 Conjunto base e mastro p/ bandeiras 1 Tenda 15 X 10 1 Tenda 9 x 6 Espaço Exterior das escolas
5	Associação Juvenil de Peniche	2.2.2. Projetos de produção artística, de espetáculos e festivais, nos vários domínios das artes	23ª Edição da Feira do Livro de Peniche	12/07/2019	15/08/2019	134,61 €	1 Transporte de 70 mesas da escola D. Luís de Ataíde para o Clube Recreativo de Peniche e vice-versa. (08/07/2019, 14h, a 20/08/2019) 1 Colocação de faixa publicitária no Edifício da Ação Social (10/07/2019 a 16/08/2019) 1 Disponibilização da sala do Fórum da Parreirinha (12/07/2019 a 19/08/2019) 10 Mesas de

<i>N.º</i>	<i>Associação</i>	<i>Tipologia de Apoio</i>	<i>Atividade</i>	<i>Data de Início</i>	<i>Data de Fim</i>	<i>Quant. do A. logístico</i>	<i>Apoio Logístico</i>
							<i>plástico para dala do Fórum Parreirinha (12/07/2019 a 19/08/2018) 4 Noites do auditório do Edifício Cultural</i>
6	Clube Naval de Peniche	<i>2.1.2. Apoio à Organização de Eventos e Atividades Desportivas Competitivas</i>	<i>Campeonato Nacional Individual Elite Pesca Submarina - Etapa de Peniche</i>	13/07/2019	14/07/2019	96,80 €	<i>1 Púlpito Pódio e Porta Bandeiras 20 Mastros de Bandeira, Bandeiras e Maciços 10 Baias 6 Caixotes de Lixo com rodas e respetivos sacos 1 Caixote de lixo grande 100 cadeiras Plásticas 8 Mesas Compridas</i>
7	Clube de Ténis de Peniche	<i>2.1.2. Apoio à Organização de Eventos e Atividades Desportivas Competitivas</i>	<i>XXV Open de Cidade de Peniche</i>	13/07/2019	14/07/2019	32,58 €	<i>25 cadeiras 1 mini tenda</i>
8	Sociedade Filarmónica União Primeiro de Dezembro 1902 de Atouguia da Baleia	<i>2.2.2. Projetos de produção artística, de espetáculos e festivais, nos vários domínios das artes</i>	<i>Participação no encontro de Bandas de Castro Marim</i>	13/07/2019		662,12 €	<i>Autocarro Municipal - Castro Marim</i>
9	Sociedade Filarmónica União Primeiro de Dezembro 1902 de Atouguia da Baleia	<i>2.2.2. Projetos de produção artística, de espetáculos e festivais, nos vários domínios das artes</i>	<i>Encontro de Motos Sociedade Filarmónica União Primeiro de Dezembro 1902 de Atouguia da Baleia</i>	14/07/2019		28,38 €	<i>20 Baias</i>

<i>N.º</i>	<i>Associação</i>	<i>Tipologia de Apoio</i>	<i>Atividade</i>	<i>Data de Início</i>	<i>Data de Fim</i>	<i>Quant. do A. logístico</i>	<i>Apoio Logístico</i>
10	Clube de Ténis de Peniche	2.1.2. Apoio à Organização de Eventos e Atividades Desportivas Competitivas	XXV Torneio "Os Petingas"	20/07/2019	21/07/2019	32,58 €	25 cadeiras 1 mini tenda
11	Clube Naval de Peniche	2.1.2. Apoio à Organização de Eventos e Atividades Desportivas Competitivas	Campeonato de Portugal de Juvenis e Infantis Optimist	24/07/2019	28/07/2019	3 193,07 €	2 Tendas de 10x15m (c/ iluminação) 1 Palco c/ 4 Estrados e Cavaletes 80 Baías 200 Cadeiras de Plástico 3 Estrados de Palco alcatifados 1 Apoio para discursos Suporte de Bandeira e Bandeiras 40 Mastros de Bandeira, Bandeiras e Maciços 30 Plantas em vasos p/decoração 4 Contentores de lixo grandes 10 Contentores de lixo pequenos c/ rodas e respetivos sacos 10 Placas com pés para a divisão do espaço 1 rolo de fita de sinalização 2 Projetores de iluminação a montar na fachada sul do Clube 60 Alojamento

N.º	Associação	Tipologia de Apoio	Atividade	Data de Início	Data de Fim	Quant. do A. logístico	Apoio Logístico
							casa da Juventude 20 Alojamento CarSurf
12	Clube de Ténis de Peniche	2.1.2. Apoio à Organização de Eventos e Atividades Desportivas Competitivas	XXV Torneio Sardinha Assada	27/07/2019	28/07/2019	248,96 €	40 cadeiras 8 mesas pequenas 1 assador 1 caixote do lixo 1 Tenda (9x6)
13	Atlético Clube de Gerales	2.2.2. Projetos de produção artística, de espetáculos e festivais, nos vários domínios das artes	Almoço de Porco no Espeto	28/07/2019		405,44 €	1 Tenda 15m x 10m (não há disponibilidade)

O senhor Presidente da Câmara e o senhor Vereador Jorge Gonçalves não estiveram presentes na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.399 NIPG 11329/19) -----

26) Isenção de taxas pelo licenciamento do Passeio de Pasteleiras e outras Bicicletas, requerida pelo Espaço Sénior São Leonardo de Atouguia da Baleia – Pelouro da Administração Geral: - Deliberação n.º 824/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 26 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Atendendo ao solicitado pelo Espaço Sénior São Leonardo - Associação Social de Atouguia da Baleia, por requerimento registado nestes serviços no dia 19 de junho de 2019, considerando a informação da Secção de Taxas e Licenças e Apoio aos Órgãos Municipais, de 24 de junho de 2019, proponho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços do Município, isentar a referida Associação, do pagamento da taxa, inerente ao licenciamento solicitado para a realização do evento denominado “Passeio de Pasteleiras e outras Bicicletas”, a ser realizado no dia 7 de julho de 2019, entre as 09:00 e as 13:00 horas, em várias artérias deste concelho.

Taxas previstas: 13,00€ - n.º 2 do artigo 17.º da Tabela de Taxas e Licenças.» O senhor Presidente da Câmara e o senhor Vereador Jorge Gonçalves não estiveram presentes na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.400 NIPG 10978/19) -----

27) Isenção de taxas pelo licenciamento de ocupação de espaço público para o rastreio auditivo, requerida pela Empathy Voices, L.ª – Pelouro da Administração Geral: - Deliberação n.º 825/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 26 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Atendendo à solicitação de isenção de taxas, e considerando que se trata de um evento de manifesto interesse municipal, proponho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços do Município, isentar a firma Empathy Voices, L.ª, do pagamento da taxa pelo referido licenciamento de Ocupação do Espaço Público, com uma unidade móvel para rastreio auditivo.» O senhor Presidente da Câmara e o senhor Vereador Jorge Gonçalves não

estiveram presentes na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.401 NIPG 11168/19)-----

28) Isenção de taxas pela emissão de licença especial de ruído para convívio com animação musical, solicitada pelo Centro de Solidariedade Social Convívio e Cultura de Geraldês – Pelouro da Administração Geral: -----

Deliberação n.º 826/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 24 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Atendendo ao solicitado pelo Centro Social Convívio e Cultura de Geraldês, por requerimento, registado nestes serviços no dia 19 de junho de 2019, e considerando a informação da Secção de Taxas e Licenças e Apoio aos Órgãos Municipais, do dia 24 de junho de 2019, proponho, ao abrigo do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços do Município, isentar o Centro Social Convívio e Cultura de Geraldês, do pagamento de taxas, para a realização de um convívio com animação musical, no Pátio da Escola do Ensino Básico de Geraldês, no dia 5 de julho de 2019, entre as 21:00 e as 02:00 horas. Taxas previstas: 12,45€ - Art.º 16.º alínea a).» O senhor Presidente da Câmara e o senhor Vereador Jorge Gonçalves não estiveram presentes na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.402 NIPG 10880/19) -----

29) Isenção genérica de taxas para licenciamento de ocupação de espaço público e organização de atividades ao ar livre, desportivas e de lazer promovidas por Associações Locais e Organizações Locais – Pelouro da Administração Geral: -----

Deliberação n.º 827/2019: Deliberado aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 27 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: -----

«Considerando a delegação de competências no Presidente da Câmara, por deliberação da Câmara Municipal, n.º 1506/2017, de 6 de novembro, nomeadamente no que toca à gestão de espaço público e consequentemente, organização de atividades ao ar livre, desportivas e de lazer promovidas por Associações Locais e Organizações Locais;

Considerando que a delegação tinha o propósito de simplificar e agilizar os procedimentos, e constituir uma mais valia quer para os interessados, quer para o Município, nomeadamente Serviços e Executivo;

Considerando que, invariavelmente, os licenciamentos em questão vêm acompanhados de pedido de isenção das taxas inerentes;

Que os interessados nunca fazem a instrução do pedido nos termos do artigo 12.º do Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços;

Que o Município, tem vindo a isentar todas as taxas associadas ao licenciamento para ocupação de espaço público e organização de atividades ao ar livre, desportivas e de lazer promovidas por Associações Locais e Organizações Locais, reconhecendo o manifesto interesse municipal das mesmas, conforme previsto no n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento;

E que, a isenção de taxas obriga à instrução do processo administrativo a submeter à Câmara Municipal, constituindo ineficácia no propósito da delegação de competências em causa;

Proponho que a Câmara Municipal, nos termos do n.º 3 do artigo 8.º do Regulamento de Taxas, Tarifas e Preços, isente de taxas todas as atividades de ocupação de espaço público e organização de atividades ao ar livre, desportivas e de lazer promovidas por Associações Locais e Organizações Locais, devendo a Secção de Taxas e Licenças informar mensalmente a Câmara Municipal de todas as isenções concretizadas ao abrigo da presente proposta.» O senhor Presidente da Câmara não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.403 NIPG 8070/19)-----

FIXAÇÃO DE PREÇOS E TAXAS:

30) Fixação de preço para a venda de T-shirts “Mostra Internacional de Rendas de Bilros” – Pelouro da Cultura:-----

Deliberação n.º 828/2019: Deliberado aprovar a proposta da senhora Vereadora Ana Rita Petinga, datada de 25 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas:-----

«Considerando a importância da divulgação e promoção da Mostra Internacional de Rendas de Bilros para a projeção do símbolo maior do artesanato local, proponho que a Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprove o preço, para venda ao público, de t-shirts no valor de 5 euros.» O senhor Presidente da Câmara não esteve presente na sala de sessões durante a apreciação e votação deste assunto. (Doc.404 NIPG 11381/19)-----

ABRIGOS DOS PESCADORES DA BERLENGA:

31) Atribuição dos abrigos dos pescadores da ilha da Berlenga para o ano de 2019 – Pelouro da Administração Geral:-----

Deliberação n.º 829/2019: Deliberado, por maioria, com cinco votos a favor, dos membros da Câmara Municipal eleitos pelo Grupo de Cidadãos Eleitores Por Peniche, pelo Partido Socialista e pela Coligação Democrática Unitária, e duas abstenções dos membros eleitos pelo Partido Social Democrata, aprovar a proposta do senhor Presidente da Câmara, datada de 6 de junho de 2019, que a seguir se transcreve e de que se arquiva cópia do original em pasta anexa ao livro de atas: - «Considerando a informação prestada pela Chefe da DAF, de 6 de junho de 2019, em anexo. Proponho que a Câmara Municipal:

1. Não atender à pronúncia apresentada pelos candidatos: Válder Jaime de Castro Manam e Marco da Fonseca Marques, mantendo o fundamento da exclusão das suas candidaturas aprovadas pela Câmara Municipal em sua reunião de dia 22 de abril de 2019, deliberação n.º 498/2019, melhor sustentada no relatório que acompanhou a lista preliminar;

2. Aprovar a lista final de atribuição para o ano de 2019, bem como o relatório que a acompanha, em anexo;

3. Aprove as minutas dos contratos a celebrar, em anexo.» Estiveram presentes cinco elementos que compõem a Comissão dos Abrigos da Ilha da Berlenga que deram alguns esclarecimentos e sugestões. (Doc.405 NIPG 3012/19)-----

DIVISÃO DE PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA:

32) Plano Diretor Municipal – Pelouro do Planeamento e Urbanismo (Parte II):-----

Deliberação n.º 830/2019: Deliberado retirar da ordem do dia o Plano Diretor Municipal, devendo o assunto ser presente numa próxima reunião de Câmara. (DPGU)-----

APROVAÇÃO DA MINUTA DA ATA:

Deliberação n.º 831/2019: Para efeitos de execução imediata, a Câmara deliberou aprovar a minuta da presente ata, nos termos do número três do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro. -----

ENCERRAMENTO:

Sendo dezasseis horas e vinte e cinco minutos, o senhor Presidente declarou encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, que contém um resumo do que de essencial nela se passou, nos termos do número um do artigo quinquagésimo sétimo do anexo um da lei número setenta e cinco barra dois mil e treze, de doze de setembro, que eu, *Josselene Nunes Teodoro*, Chefe da Divisão de Administração e Finanças, em regime de substituição, subscrevo. -----

APROVAÇÃO:

A presente ata foi aprovada e assinada na reunião ordinária da Câmara Municipal, realizada no dia 27 de janeiro de 2020, tendo sido deliberado dispensar a sua leitura, por o respetivo texto haver sido previamente distribuído pelos membros da Câmara Municipal, ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 45 362, publicado em 21 de novembro de 1963. -----

O Presidente da Câmara Municipal,

(assinado no original)

A Chefe da Divisão de Administração e Finanças,
em regime de substituição,

(assinado no original)
